



# **GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS**

## NO MUNDO DAS CHUTEIRAS ROSAS<sup>11</sup>

Em meados de setembro de 2018, o mundo “macho” do futebol brasileiro foi abalado com o lançamento no mercado de uma chuteira tecnologicamente avançada, com *design* futurista, porém “rosa”. A criação é da Adidas e foi nominada *predator spectral mode*. Porém, o advento não agradou, principalmente a torcedores. Bastou futebolistas conhecidos (e patrocinados pela empresa) postarem mensagens nas redes sociais que as reações foram as piores possíveis: no Instagram do gremista Pedro Geromel, o qual seguia à época, apesar das quase 50 mil curtidas na foto em que ele segurava a nova chuteira, centenas de outros comentários se acumulavam (rapidamente) para torná-lo alvo de chacota ou defendê-lo. Outros jogadores como Jucilei da Silva, volante e zagueiro do São Paulo, e Mesut Özil, ponta-direita do Arsenal, também agregaram opiniões preconceituosas abaixo de suas fotos com a tal chuteira.

Neste fato vemos como funciona o preconceito e a intolerância dentro das relações estabelecidas no futebol, esporte que é o epíteto da masculinidade bruta nacional. “*Chuteira-barbie*”, “*acessório de princesa*”, “*chuteira-moranginho: vai virar gay agora?*” foram algumas das pérolas endereçadas a Geromel. As pessoas trazem para dentro do futebol suas questões mal resolvidas, como se a cor de um implemento esportivo fosse definir gênero, redefinir orientação sexual,

---

11 Publicado em 30 de setembro de 2018 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

ou inaugurar nova tendência de comportamento pessoal. Ninguém comentou sobre o *design*, o material ou a ergonomia do calçado; o foco foi, obviamente, a cor.

A Adidas fez ampla divulgação das cores da *predator*: são tons pastéis, que vão do azul-claro, passando pelo branco-acinzentado e verde-claro, chegando ao rosa-salmão. Mas o que fica é a insistência monocromática do taxativo rosa, associado ao universo feminino e construído discursivamente como uma cor “pueril”, “sensível”, “frágil” e de uso específico de mulheres. E é aqui que o equívoco se estabelece: a insistência em atrelar a cor “rosa” para mulheres e a “azul” para homens. O binarismo cromatográfico (e limitado) do senso comum atrela todas as características do sexo e de gêneros a apenas duas cores! Por exclusão, quem “se confunde” entre essas cores é indefinido, digno de sofrer piadas ou ser taxado de gay, “veado”, “bichinha”, bissexual, entre outros chamamentos.

Este argumento participa da lógica de um sexo construído pré-discursivamente e, portanto, dado pela biologia. Por esta linha de raciocínio, nasce-se homem ou mulher. Qualquer derivação disso está fora das considerações e será colocada no domínio das aberrações, das dissidências, das anormalidades. Como a filósofa estadunidense Judith Butler dissera certa vez: “[...] está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas”.<sup>12</sup>

Ou seja, no pensamento estanque de torcedores(as) preconceituosos(as), homens somente serão homens se usarem azul e mulheres, pela mesma lógica, se usarem rosa! Mas por que mesmo homens não podem vestir rosa e mulheres, azul? O que os faz pensar que jogadores (mesmo publicamente heterossexuais), ao usarem a cor rosa nas chuteiras de futebol, terão suas sexualidades transformadas e se tornarão “homossexuais” ou “gays”? E mais: como é possível atrelar comportamentos sociais a cores? Isto abre prerrogativas perigosas, de preconceitos estabelecidos e fobias instituídas (homofobia, bifobia, transfobia, misoginia) que atingem adultos, adolescentes, crianças e, inclusive, bebês.

<sup>12</sup> Butler (2003, p. 25).

Acredito que passamos da hora, enquanto sociedade, de repensarmos as convenções estabelecidas socialmente, principalmente no tocante ao gênero e à sexualidade. Cores não determinam gêneros ou orientações sexuais! Infelizmente, nos esportes (e, igualmente, no futebol) somos afetados por tais convenções e se faz fundamental revermos isso.

Particularmente, nessa era do *like*, em que a informação corre muito rápido e é acessada por milhares de pessoas, nunca questionamentos sobre o que lemos ou vemos foram tão essenciais. E, ao contrário do que se pensa acerca do futebol ser um “mundo à parte”, devemos, sim, trazer o que nele se passa sob luz crítica, desapaixonada, sem o receio de esvaziá-lo de sentido, como afirmam algumas pessoas.

Ao mesmo tempo em que temo serem eternas estas problemáticas de gênero no futebol (que dizem respeito à sexualidade de atletas, ao desrespeito às mulheres futebolistas, ao não reconhecimento da prática esportiva de sujeitos não heterossexuais), penso num mundo em que cores não sejam restritivas de ações e que meninos, meninas ou crianças não binárias possam escolher suas cores preferidas em roupas, brinquedos, acessórios e afins sem sofrerem preconceitos; que jogadores e jogadoras possam se expressar livremente por meio de suas ações (técnicas, táticas, mas também afetivas), dentro e fora de campo; que possamos, um dia, viver num “mundo de chuteiras rosas”, no qual elas vão ser tão somente um modelo de uma cor dentre tantas outras possíveis.

## MULHER, ESPORTISTA E PALESTINA: UMA QUESTÃO DE ESTADO!<sup>13</sup>

Pode ser que quem assistiu à entrada do aglomerado palestino na abertura dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 não tenha notado o número de mulheres compondo a delegação. Numa delegação de aproximadamente 60 pessoas, elas eram apenas duas, uma

13 Publicado em 15 de julho de 2012 na *Contemporânea*, revista eletrônica do Núcleo de Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea da UFSC, em Florianópolis.

no atletismo e outra na natação. Woroud Swalha chamou atenção não apenas por ser a única corredora do time de atletismo e por se manter fiel ao uso do véu islâmico, como por querer ser exemplo de superação para suas conterrâneas. Se a Palestina participa desde os Jogos de Atlanta 1996, a primeira mulher veio a juntar-se ao grupo apenas em Sydney 2000.

Swalha competiu em Londres nos 800 metros rasos. Acostumada a treinar no sobe e desce das colinas da Cisjordânia, nos arredores de sua cidade natal, Asira ash-Shamaliya, ela conheceu uma pista oficial de atletismo apenas quando participou, em março de 2012, do Mundial Indoor de Istambul, na Turquia. Esperar uma medalha de Swalha em Londres pode ser algo demasiado, tendo em vista sua participação mediante convite pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), mas certamente não improvável de ser conquistada, visto que os resultados de uma prova são sempre conjunções de fatores. Independente disso, sua figura é enigmática porque traz à tona três símbolos, que aqui merecem ser comentados.

O primeiro deles é a *condição de mulher*. Num lugar em que guerrear é “coisa para machos” (e, portanto, para eles seria também a arte do esporte) e o “ser mulher” é quase sinônimo de vergonha, Swalha lança-se como atleta corredora, mesmo tendo desvantagem em relação à indumentária que utiliza (o véu muçulmano). Este é o segundo símbolo a ser considerado, o véu – e tomemos, agora, a questão religiosa apenas superficialmente! Correr vestida como uma mulher comum do Islamismo (e assim respeitando a regra básica da crença a que pertence) traz uma afronta sem precedentes a tudo e a todos, qual seja, a do respeito à diferença (proporcionada pela presença do véu). Basicamente o que Woroud quer dizer é: “respeitem o meu direito de estar como quero estar” (ou de ser como quero ser, em outra leitura). Acresça-se a isso a questão do Estado, o terceiro pilar que a torna legitimamente representativa de toda uma ordem simbólica. E, neste ponto, permito-me um exercício de memória geopolítica, daquela que provém de meus profícuos anos colegiais.

Swalha treina em um território que não possui fronteiras definidas e reconhecidas. Palestinos compõem uma “nação sem Estado”, na definição geopolítica mais clássica. A briga vem de 1948, quando a criação do Estado de Israel pela Organização das Nações Unidas

(ONU) provocou a ira dos palestinos da região. De um lado, o mundo se redimia da perseguição aos judeus pelo Holocausto, conferindo-lhes um porto seguro junto à terra de seus descendentes; de outro, instaurava um estado permanente de guerra, que se estende por anos. O momento mais crucial desta história foi a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando, em uma ofensiva militar vitoriosa (apoiada pelos estadunidenses), Israel ocupou porções vitais e estratégicas na região, garantindo sua subsistência. As reações foram adversas, como os boicotes militares, os conflitos armados e a criação de um exército de resistência da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que nos idos dos anos 1990 transforma-se em Autoridade Nacional Palestina (ANP) e passa a administrar os parques territórios de maior área árabe-muçulmana, notadamente, Cisjordânia e Faixa de Gaza.

A história é complexa e não sairemos daqui plenamente versados na questão israelo-palestina (ou árabe-judaica). No entanto, algo é sintomático e merece ser sublinhado: se a ONU não reconhece a existência da Palestina como país, participar dos Jogos Olímpicos sob esta bandeira (e a convite do COI) como Swalha o fez em 2012 pode trazer um estado de *ambivalência política*, por assim dizer – quero sublinhar que tudo isso pode ser, igualmente, um engodo “oficial” e “politicamente correto” neste mundo de fachadas políticas.

De qualquer forma, a participação da corredora palestina é uma “questão **de** Estado” porque evoca a própria condição de existência enquanto atleta, representante de um território soberano desprovido de fronteiras legítimas, mas também é uma “questão **do** Estado” o direito de reivindicação de equidade de participação de mulheres (não apenas palestinas) no esporte de competição, nos mesmos moldes em que ocorre, há anos, para os homens. O direito à participação e à igualdade de chances no esporte deve ser garantido a todos os sujeitos (homens, mulheres, pessoas intersexo e trans) por Estados Democráticos de fato.

O mundo não deve esperar que Swalha ganhe uma medalha de ouro para a Palestina nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, mas se o fizer, tanto melhor; tampouco se deve se almejar que ela quebre recordes ou faça algo inusitado no auge de sua idade, 20 anos. Se tudo correr dentro do *script* programado, a simples participação desta mulher muçulmana, com seu véu ao vento e sua condição identitária

palestina, pode irromper reflexos verdadeiramente revolucionários nos espaços ditos *masculinos*, forçadamente “homogêneos”, brancos e ocidentalizantes. Portanto, por tudo isso já se pode disferir “três vivas” para Woroud Swalha: esportista, palestina e mulher!

## HOMOSSOCIABILIDADES ESPORTIVAS<sup>14</sup>

Começo este texto invocando imagens, largamente difundidas na mídia, de David Luiz, da seleção brasileira, consolando um dos melhores jogadores da Colômbia, James Rodríguez, após a desclassificação de seu time nas quartas de final da Copa do Mundo masculina de Futebol, em 2014. O momento foi capturado por inúmeras lentes fotográficas e redes de televisão de todo o mundo, e o que se sucedeu nos jornais e na internet foi uma avalanche de comentários, uns elogiosos em relação à atitude “digna de esportista” de David (transformando-o, momentaneamente, no “gente boa” da nação), outros jocosos sobre esse contato corpo a corpo de ambos e dos afetos que se desenrolaram em público entre os dois por alguns minutos.

Levando à máxima aquele dito de que as coisas mesmas nos ensinam o que elas são e que pensá-las de modo adequado significa ir contra pensamentos resignados, o gesto do zagueiro brasileiro foi um apoio emocional ao jogador da equipe adversária, ou um afeto disparado de irmão mais velho e experiente, ou ainda um suporte de um atleta em relação a outro (igualmente) atleta. David vislumbrou na dor do outro uma possível dor própria. E se compadeceu. Frente ao acolhimento sincero, James deixou-se confortar, encenando o lugar do irmão mais novo, do carente, do fragilizado psiquicamente. Reconheceu depois, frente a repórteres, que “guerreiros também choram” em momentos de necessidade.

Houve ali um lance de amor fraterno entre homens, bem distante do amor erótico ou sexual tematizado nas jocosidades. A competição futebolística os deixou rivais e o resultado dela os tornou fraternos. Dito de outra forma, os homens são potenciais rivais

14 Publicado em 10 de julho de 2014 no site *Pontos de Vista* do LUDENS, vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

no jogo de futebol (que serve, por exemplo, para postular quem é dominante e quem é dominado no campo das masculinidades), mas, ao mesmo tempo, defendem a igualdade fraterna dos membros do mesmo sexo. Desenvolveu-se entre David e James o que ocorre quando homens se encontram na companhia uns dos outros: acolhimento, reciprocidade, compreensão, suporte emotivo. Esses impulsos individuais ou coletivos que buscam provocar efeitos em outros (ou recebê-los de outros) ganharam, no final do século XIX, com o sociólogo Georg Simmel, a denominação de *sociabilidades modernas*.

E aqui é importante destacar que o esporte em si está repleto delas. E como o esporte é uma instituição segregadora de gêneros (e o futebol, não fugindo à regra, é um rincão naturalizado como masculino), isso pode ser elevado às últimas consequências. Homens jogam juntos, alongam uns aos outros, tomam banho juntos, comem juntos e dormem muitas vezes nos mesmos quartos – isso para não dizer dos tradicionais espaços segregados dos alojamentos, também separados por gêneros e onde tanto homens quanto mulheres se aglutinam. Desta forma, não seria incorreto dizer tratar-se de *homossociabilidades esportivas*. Isto é, sociabilidades entre indivíduos/grupos de “mesmos” ou “iguais” que se desenvolvem no meio esportivo.

Como o esporte é bastante diverso e fluido, há inúmeros espaços homossociais em constituição a todo momento. Um dos exemplos notórios é o *terceiro tempo*, no rúgbi. Distintamente de outras modalidades coletivas, nele há um “tempo extra” depois da partida, no qual as duas equipes que competiram se reúnem para comentarem lances e celebrarem a contenda. É um momento de confraternização e a rivalidade do campo; então é deixada de lado, sendo isso é uma das características que distinguem o rúgbi de outros esportes.

Como historicamente foi uma modalidade de homens (a versão para mulheres é bastante recente), esse “terceiro tempo” era um espaço de homens para homens: mulher alguma poderia participar. Portanto, um *espaço homossocial masculino* por excelência – interessante salientar que é um espaço homossocial apenas para homens e, supostamente, heterossexual. E assim poderíamos nos deter também em outros casos, como a ginástica artística e a constituição de *espaços homossociais femininos* ou o esporte de pessoas com deficiência e a edificação dos *espaços homossociais não normativos* desses indivíduos.



Os grifos em *itálico* nestas expressões servem para denotar o caráter arbitrário a partir do qual são construídas, ou seja, como se a adjetivação “masculino” pudesse ser atrelada apenas ao corpo de homens e a “feminina” somente aos corpos de mulheres!

Algo fundamental, contudo, é que se faça uma distinção, ao menos basilar, entre *homossociabilidade*, *homoerotismo* e *homossexualidade*. Ao passo que esta última é a implicação de relações entre mesmos sexos (como diz a biologia), o homoerotismo é a atração erótica que se estabelece entre indivíduos do mesmo sexo, sejam eles homens ou mulheres. E a homossociabilidade, por sua vez, seria a expressão das sociabilidades entre indivíduos e/ou grupos de “iguais”, como já me referi.

Se homossexualidade e homoerotismo podem ter certa ligação, a homossociabilidade independe dos dois (mas, ao mesmo tempo, pode estar associada a eles). Pode-se ter, por exemplo, espaços de homossociabilidades entre atletas mulheres (heterossexuais), mas também espaços de homossociabilidades entre atletas homossexuais. Ou ainda, espaços de homossociabilidades trans – entre voleibolistas mulheres trans, como as famosas jogadoras da equipe nacional trans da Tailândia.

Enfim, as homossociabilidades esportivas demarcam, na realidade dos fatos, um importante sentimento de pertencimento – a um grupo, a um lugar, a uma coletividade etc. – e funcionam como fundamentos essenciais da vida social de indivíduos e grupos no meio esportivo. David Luiz não se destacou apenas pelos gestos de apoio ao adversário no *fair play* (jogo limpo) futebolístico, indo além das rivalidades de uma disputa por vaga nas semifinais daquela Copa do Mundo, como também nos mostrou aspectos outros (e essenciais) presentes no esporte que transpassam fronteiras corporais, de sexo, de gênero ou de nacionalidades e se colocam no patamar das homossociabilidades esportivas modernas.

## LUTA LIVRE DE MULHERES: GLOW E ANOS 1980<sup>15</sup>

Há certas coisas na vida que nunca esquecemos. Um fato inusitado, um ruído aborrecedor, um perfume marcante ou mesmo um programa televisivo. Neste último caso, apenas para quem nasceu numa época histórica em que a TV era a vedete de qualquer casa de família. Lembro-me, com certo saudosismo, de alguns programas de luta livre aos sábados à noite aos quais, em geral, assistia com um tio ou com meu pai. Em que pesem suas opiniões de que tudo aquilo lá era combinado, do auge de minha impetuosa sabedoria juvenil eu pensava que não podia ser, pois era muita emoção junta e meu coração sempre seguia em ritmo alucinado.

O programa era transmitido pelo SBT e, se não me falha a memória, se chamava “Luta Livre de Mulheres”. Vigorou na grade de programação até início dos anos 1990 – aliás, como vários outros programas desenvolvidos pela emissora ou importados. Afora a rivalidade estabelecida entre Globo e SBT, que se alternavam na briga infantil do “ibope”, nós, telespectadores, é que saíamos na vantagem pelos vários bons programas oferecidos, como Bozo, Chacrinha, Balão Mágico, novelas mexicanas e afins.

Não sou *expert* em luta livre ou boxe, apesar de ser fascinado pelo universo dos esportes. Mas sei que aqueles *shows* de luta livre eram distintos do boxe e mesmo da luta greco-romana, justamente porque eram concebidos como espetáculo. O formato “espetáculo e movimentos esportivos” misturado com cenas eletrizantes e engraçadas dava o tom divertido da contenda. Além disso, assistíamos às lutadoras (ou aos lutadores) usando todos os tipos de golpes e manejos de braços ou pernas, com acrobacias aéreas e uso de objetos, que só mesmo podiam ludibriar um garoto (ainda inocente) como eu naquela fase da adolescência.

Como parece que vivemos hoje um *boom* de referências que estão voltando da década de 1980, semanas atrás, enquanto zapeava por entre filmes e séries de uma rede de *streaming* muito popular da internet na atualidade, surpreendentemente encontrei GLOW, anunciada como uma “nova série” à disposição. GLOW (*Gorgeous*

15 Publicado em 17 de setembro de 2017 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

*Ladies of Wrestling*) é exatamente aquilo que vi quando jovem adolescente, ou seja, um programa televisionado de luta livre de mulheres cujo objetivo era a catarse e o plágio cômico de ações de *wrestling* (desenvolvidas, inclusive, pelos homens). Na época em que surgiu nos Estados Unidos foi um sucesso absoluto de audiência.

A recente série, portanto, é inspirada no programa real de luta livre de mulheres daqueles anos 1980 e quer contar a história de GLOW. Traz, como protagonistas, uma atriz desempregada em Los Angeles (Alison Brie, interpretando Ruth Wilder) e um diretor decadente de filmes B (Marc Maron, personificando Sam Sylvia), que juntos a um grupo de catorze outras mulheres bem diferentes entre si tentam montar, sem muito apoio e pouco patrocínio, um *show* de *wrestling* feminino para ser vendido às redes de TV. A série é cômica, mas de um humor sutil e inteligente. Aborda, ao mesmo tempo, inúmeros estereótipos comuns na década de 1980 (de “mulher foi feita pra casar” ao tabu do sexo entre diferentes etnias), porém – e ironicamente – reverte-os como instrumentos libertários para as próprias mulheres protagonistas.

Há uma infinidade de referências em todos os dez episódios, desde a trilha sonora (que tem músicas de Queen, David Bowie, Roxette e Scorpions), passando pelas cenas de luta livre de homens nos televisores (que eram uma febre, principalmente nos Estados Unidos), pelos vários filmes de espionagem do agente 007, a Guerra Fria e os discursos de Reagan, pela moda de fumar cigarro, pelos penteados com laquê, as ombreiras, o *glitter* e a cintura alta nas roupas.

Ao que parece, GLOW surge exatamente num período em que a liga feminina de luta livre estadunidense estava em decadência e propõe uma via alternativa no sentido de trazer de volta a importância da modalidade. Em várias falas dos episódios frisa-se o “empoderamento feminino” frente a situações adversas. Como num diálogo de Sam e Ruth no episódio 3, da primeira temporada, sobre o mau humor da atriz frente ao insucesso de arranjar um trabalho, Sam diz: “Tente ligar o foda-se pra quem te xinga. Isso é empoderamento!”.

Particularmente um estereótipo é o algoz do grupo: a prostituição. Há várias cenas em que elas justificam que “não são prostitutas” e “não fazem programas”. No episódio 5, também da primeira temporada, por exemplo, as garotas vão para uma sessão de treino,

enquanto o próprio diretor exclama “girls wrestling is fucking hot” (garotas lutando é extremamente excitante). Com verossimilhança na realidade, as lutadoras vestidas com *collants* coloridos, que deixavam suas formas delineadas, eram consideradas “prostitutas” a partir de uma visão masculina e machista. Tanto na série quanto no programa original, discursos e ações das lutadoras assentam-se (assentavam-se) no caráter disruptivo de tentar reverter tamanha injustiça relativa a elas e a sua modalidade.

Enquanto escrevo este texto, a série GLOW tem apenas 10 episódios. Talvez, na era de produção em massa de artefatos culturais (como seriados e filmes para a cooptação de consumidores), é provável que continue. De qualquer forma, seja para se inteirar das referências dos anos 1980 ou para olhar para um importante movimento esportivo que envolveu lutadoras amadoras em dado momento da história nos Estados Unidos, GLOW é uma importante fonte de conhecimento para saber mais sobre a luta livre de mulheres. E, principalmente, para dialogar sobre as discriminações e estereótipos de gênero que, trinta anos mais tarde, ainda nos afetam!

## ATLETAS INTERSEXO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS<sup>16</sup>

Há cerca de uma década tem havido polêmica no esporte de alto nível relacionado à presença de atletas que não se enquadrariam nas rígidas categorias binárias “masculino” e “feminino”, definidas pelo meio esportivo. Particularmente, um fato ocorrido com a corredora sul-africana Caster Semenya chamou muito a atenção pública mundial: ela teve excepcional desempenho nos 800 metros, do 12º Campeonato Mundial de Atletismo da IAAF (hoje World Athletics), em agosto de 2009, em Berlim (Alemanha), mas, apesar de competir na categoria de mulheres, se parecia “homem” (aspas nesta designação discriminatória).

Em que pese a própria Semenya não se reconhecer como pessoa trans ou intersexo (e, sim, lésbica), seu corpo apresenta uma anomalia chamada hiperandrogenia e, devido a isso, produz

16 Publicado em 24 de março de 2019 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

uma quantidade excessiva de testosterona, um hormônio vinculado a corpos de homens e à força e virilidade que apresentam. Por isso, devido à quantidade de pelos e ao desempenho, recaiu sobre a atleta a desconfiança não apenas da mídia e das pessoas em geral, como também das confederações esportivas.

Entretanto, o constrangimento da sociedade não deveria recair sobre o corpo da atleta, mas sobre o que tal “levante discriminatório” representa. Penso que, de um lado, o incômodo é gerado porque se baseia na afirmação de uma suposta vantagem que ela teria sobre outros corpos, o que a faria desempenhar melhor todas as funções relativas à corrida e a colocaria no conjunto de atletas que se utilizam de *doping* no esporte. De outro lado, e talvez a maior das queixas e sob a qual há discriminação velada, é que Semenya traz um corpo que não concorda em ser colocado num lugar de abjeção e de marginalidade. A inquietação geral a partir desta segunda acepção baseia-se exatamente na estrutura de dominação masculina edificada no campo esportivo que, reproduzindo valores morais do patriarcado, invisibiliza, domina e inferioriza mulheres como sujeitos políticos.

E isso afeta tanto corpos de mulheres cisgênero (que acatam sua fisiologia desde o nascimento), quanto de mulheres transgênero (que se identificam com outro gênero a partir de algum momento em suas vidas) e ainda causa transtorno a corpos intersexo (que nascem com características sexuais e reprodutivas específicas). Com o avanço nas pesquisas, sabe-se que, na história do esporte olímpico, alguns/algumas atletas participaram nesta última condição, porém todos(as) foram mantidos(as) invisibilizados(as).

Foi o caso da polonesa naturalizada estadunidense Stella Walsh, medalhista nos Jogos Olímpicos de 1932 e 1936, que foi reconhecida como intersexo em 1980; de Heinrich Ratjen, atleta alemão que competiu no salto em distância representando o país em Berlim 1936 (soube-se que Ratjen fora obrigado pelos nazistas a inscrever-se como mulher, quando em realidade era homem); de Tamara Press, atleta soviética do arremesso de peso e lançamento de disco, que estabeleceu recordes nos Jogos Olímpicos de 1960 e 1964, sendo mais tarde “acusada” de ser intersexo; da também polonesa Ewa Klobukowska, competidora do revezamento 4 x 100 metros nos Jogos

de Tóquio 1964, que em razão de um teste de verificação sexual aplicado três anos mais tarde, foi declarada possuidora de “cromossomos masculinos” em seu organismo.

O mais perverso disso tudo não são as “acusações” de ser de um sexo/gênero outro ou mesmo os horríveis testes de verificação sexual que foram feitos ao longo de muitos anos, mas a referência a um ideal corpo biológico normativo como padrão instituído. Obviamente que, por essa comparação terminal e pela lógica estabelecida, qualquer corpo que fisiológica ou fenotipicamente se desvie do modelo-padrão é considerado abjeto, anômalo, anormal. A acusação pública é apenas a ponta de um *iceberg*.

O caso atual de Semenya e das outras atletas vêm de encontro a questões mal endereçadas no esporte midiático e ressalta que questões relativas a corpos, gêneros e sexualidades não normativas precisam ser melhor compreendidas em suas especificidades. Particularmente, corpos intersexos (e também transgêneros) ainda sofrem muito com preconceitos, invisibilização e violências simbólicas em arenas esportivas. Considerá-los, portanto, não apenas problematizaria o binarismo de gênero instituído no campo esportivo, como também abriria importantes discussões sobre a gestão política e técnica do corpo e da sexualidade no esporte de competição (e, por extensão, no esporte não competitivo, escolar, de lazer e recreacional).

Há alguns meses, uma aluna me perguntou porque é tão difícil descobrir quem foram as pessoas intersexo ou transgênero na história dos Jogos Olímpicos. E eu disse a ela que as respostas podem ser várias, mas é fato dado que a história de tais Jogos se esforça por “oficializar” nomes de pessoas que perfazem masculinidades e feminilidades hegemônicas, as quais reafirmam constantemente os valores heteronormativos (que tomam a heterossexualidade como norma).

A partir dessa “diretriz”, digamos assim, o registro oficial das conquistas olímpicas se sedimenta na “história oficial do esporte olímpico” e qualquer dissonância que aparece no sistema não deve ser registrada, muito menos lembrada. O que funciona para a sociedade também funciona para o esporte, ou seja, a história oficial ainda escreve o nome dos vencedores: homens, viris e masculinos. Por essa lógica, mulheres e outros sujeitos sexuais apenas orbitam periféricamente o sistema. Isso precisa mudar!

## NO REINO DA PORNOGRAFIA, O FUTEBOL É COADJUVANTE!<sup>17</sup>

Pornografia não é um assunto amplamente discutido, nem socialmente, muito menos no mundo dos esportes. Em geral, quando tal pauta se apresenta numa roda de conversa, verte-se rapidamente em “daquilo que ninguém quer falar” para “aquilo que todo mundo quer saber”. E, infelizmente, pornografia em tela de consideração é sempre sobre corpos de mulheres. Ou melhor, diante de uma sociedade machista e sexista como a brasileira, a primeira coisa que se coloca como “segredo a saber” é sobre a apresentadora de TV que traiu o marido, ou qual atriz foi vista fazendo filmes pornô, ou qual cantora que, depois de assumir-se lésbica, foi encontrada fazendo um sexo grupal. Sobre os homens, silêncio. A pornografia tem sentido (único) orientado: homem (sujeito, que olha, goza e deseja) → mulher (objeto, que é olhada, não goza e é desejada).

Nos esportes a coisa não é diferente e, no universo futebolístico, definitivamente, nada distinto. Acabamos de assistir à Copa do Mundo de Futebol de mulheres de 2019 e quantos não foram os comentários depreciativos sobre as jogadoras, preconceituosos quanto ao seu futebol, mas elogiosos em relação às “mais belas”, às “extremamente gostosas” ou às de “coxas mais grossas”? Uso aspas nos adjetivos por considerar uma ofensa sem tamanho em relação às profissionais do esporte que estavam em campanha na França. É inadmissível que jogadoras de futebol sejam avaliadas pela estética e mesmo pelas formas de seus corpos.

Estas ideias e opiniões que (infelizmente) nos cercam no dia a dia também inferem duas noções, que considero mal encaminhadas, acerca da pornografia e do corpo dos homens. Em primeiro lugar, por que considerar que o futebol evoca a pornografia, quando são corpos “consumíveis” (do ponto de vista sexual) que aparecem jogando em gramados? E, em segundo lugar, por que sobrevalorizar o “desejo socialmente instituído” em relação às mulheres em detrimento dos homens? Não pode a pornografia evocar o futebol ou não se é permitido imaginar que nele mesmo já há algo virtualmen-

17 Publicado em 28 de julho de 2019 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

te pornográfico?<sup>18</sup> E, sobretudo, por que não há valorização (sensual ou sexual) de homens e de suas partes corporais? O que de tão visivelmente perturbador é o elogio ao futebolista, seus fartos pelos, seu calção colado, sua bunda proeminente ou suas coxas torneadas?

Há algum tempo, o universo futebolístico (notadamente machista) zombou de Anthony Reichwaldt, um ex-jogador estadunidense que trocou os campos pela *Sean Cody*, uma bem-sucedida empresa de filmes pornográficos. Ações como esta não são novidade, visto que alguns outros atletas, do futebol e de outros esportes já fizeram o mesmo: Jonathan De Falco (belga que faz filmes com o codinome *Stany Falcone*) e o italiano Davide Lovinella, ambos jogadores de futebol; o boxeador estadunidense Ysaf Mack, que mesmo após várias vitórias na modalidade iniciou em 2015 uma carreira de ator pornográfico; e o lutador de *wrestling* Paul Donahoe, que foi impedido de permanecer no esporte depois de identificadas suas *nudes* em um site voltado ao público *gay*.

Algo distinto, porém na mesma rota de considerações sobre o mundo pornográfico, ocorreu no Brasil no decorrer dos anos 1990–2000. Em que pese os jogadores brasileiros de futebol envolvidos nunca terem se assumido enquanto “homossexuais”, vários deles posaram para ensaios pornográficos em revistas que serviam tal público (*G Magazine*, *Sui Generis* e *Íntima*): o volante Vampeta, o atacante Dinei, o artilheiro Túlio Maravilha, o meia Alexandre Gaúcho (o Xoxó), e mesmo os goleiros Rafael Córdova e Roger Noronha, entre outros. De outra parte, até ídolos atuais (como Neymar Jr. e David Beckham) posaram apenas de cuecas para as lentes fotográficas – isto seria *enfaticamente* sensual ou *deliberadamente* pornográfico?

Às vésperas da Copa do Mundo de Futebol de homens de 2014 se falou no potencial destrutivo do turismo sexual no Nordeste brasileiro: cabarés e casas de prostituição apareceriam aos milhares, meninas-mulheres se prostituíam para satisfazer torcedores estrangeiros “sedentos de prazer” (*sic*), ou mesmo que os índices de gravidez na adolescência se elevariam com estupros aleatórios de tais foliões futebolísticos. Guardadas as devidas proporções de tempo e lugar, foram os mesmos argumentos arquitetados com respeito às mulheres

18 Este *insight* é de Paul B. Preciado em *Testo Yónqui*, livro publicado em 2008.



jovens na África do Sul em 2010 e, curiosamente, acerca das garotas do Leste Europeu, que atraídas pela rica Copa da Alemanha (em 2006) se prostituiriam no bordel Ártemis, em Berlim.

O fato é que muito do que se considera (ou não) pornografia precisa ser reposicionado e ampliado. Talvez numa outra chave interpretativa ou mesmo sob outras considerações analíticas. Não é o propósito, aqui, estabelecer distinções ou aproximações entre pornografia, erotismo e derivados, nem esgarçar tais conceitos. O que fica é uma tentativa de mudar de perspectiva e refletir se o futebol não é cooptado pela pornografia, dentro de um megaprojeto global de produção, difusão e distribuição dela, que funciona nos sites de internet, na sensualização/erotização de (uns e não de outros) corpos esportivos, na venda de mercadorias (como revistas ou cuecas), nas propagandas televisivas e afins. O argumento de Paul B. Preciado merece ser investigado.<sup>19</sup> A partir daí superaríamos o paradoxo (futebol produz pornografia ou é produzido por ela) e partiríamos de outro patamar de considerações.

É realmente uma pena que nossa compreensão da pornografia seja algo tão limitado. E nossa apreensão do futebol e dos corpos nele manifestados algo tão superficial. Nem conseguimos reconhecer que, em nosso magnânimo futebol, há jogadores *gays* e mesmo um trânsito de travestis e sexo não heterossexual nos bastidores. Não endereçamos as violências instituídas a uma homofobia velada, que também é lesbo-trans-bifobia. No delírio de que o futebol é tudo, nem percebemos que, de fato, ele é apenas uma engrenagem do reino da pornografia!

## A GINÁSTICA E A MULHER MODERNA<sup>20</sup>

Numa das andanças que fiz pelos sebos de livro da cidade de Campinas em busca de referências para minhas pesquisas, encontrei uma obra que me chamou atenção. Trata-se de **Ginástica para a mulher moderna**, de Nair G. Fischer (Rio de Janeiro: Edições de

<sup>19</sup> Preciado (2008).

<sup>20</sup> Publicado em 2 de junho de 2019 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

Ouro, s/d). Sem ano de publicação, num português ainda antigo, o livro me despertou curiosidade pela organização interna, pelos desenhos muito bem-definidos e pela linguagem bastante erudita. Resolvi colocá-lo no conjunto de outras obras que havia garimpado, pois talvez pudesse servir para alguma finalidade futura.

No entanto, qual não foi minha surpresa quando alguns meses depois iniciei sua leitura. A autora defende suas ideias num português corretíssimo, é extremamente versátil nas explicações (vai da defesa da necessidade da existência da Educação Física como área de atuação a conhecimentos médicos e bioquímicos sobre a prática esportiva) e muito hábil na descrição dos exercícios ginásticos propostos para a “mulher moderna”. Sua obra é um verdadeiro documento histórico que registra interesses datados provavelmente entre os anos 1930-1950, quando a recente área da Educação Física se institucionalizava no país.

Obviamente que a ginástica da qual Fischer se encarrega no livro não é a mesma antiga modalidade, que chegou ao Brasil por influência europeia ainda no século XIX. A ginástica em desenvolvimento no século XIX na Europa enquadra-se numa pedagogia em voga de “educação do corpo”, que mais do que em outras épocas da história do Ocidente redefinia e modelava gestos e movimentos. Esses, por sua vez, deviam ser internalizados em comportamentos e posições, o que conformava novos códigos de civilidade em pauta.<sup>21</sup>

Essa ginástica chega ao Brasil via “movimentos ginásticos europeus” (particularmente, o alemão, o sueco e o francês), que, cada um a seu modo e em seu tempo, influenciam a prática esportiva da modalidade e, em realidade, dão origem a desdobramentos. Mais especificamente em meados da década de 1930, tanto surgia um novo modelo de espaço destinado às práticas da ginástica (os estúdios e, mais tarde, as academias), quanto a própria Educação Física vivia um momento decisivo de afirmação como área de conhecimento. Penso que o livro de Fischer traz resquícios deste momento histórico quando tece sugestões para a então ginástica que se transformava e para a mulher daquele tempo.

---

21 A obra de Carmen Lúcia Soares, *Imagens da educação no corpo* (2002), resgata esse interessante processo em detalhes (inclusive ilustrativos).

Além disso, nas entrelinhas de muitas defesas argumentativas da autora encontramos um contexto político maior, que respondia a um cenário internacional em formação, marcado pela ascensão de ideologias políticas de direita (nazistas e fascistas), reativação do ideário eugenista de fins do século XIX (e seus debates espúrios sobre melhoramento da raça), além do pleno vigor das instituições militares (inclusive no Brasil).<sup>22</sup> Para justificar a importância da Educação Física frente a isso tudo, dispara a autora:

Se todos os que possuísem noções, mesmo rudimentares, de educação física, se propusessem a ensinar outros cinco, preferencialmente adolescentes, em breve seríamos **uma raça mais eugênica, mais saudável** – embora longe da perfeição, pois os dados coligidos pelo professor Ernani de Irajá, acusando o subdesenvolvimento de nossa gente, encontram base na subalimentação e na desvitaminização, mais do que na inércia.<sup>23</sup>

Para Fischer, o que está em jogo é uma educação física baseada na “ginástica” enquanto prática física como antídoto (e prevenção) contra doenças que possam afetar a “raça” brasileira. Afinal, segundo ela, “*a falta de exercício prejudica a eugenia de um organismo inteiro*”.<sup>24</sup> As mulheres daquela época deviam praticar tal atividade para galgarem “maior elegância e graciosidade nos gestos” e não se tornarem “débéis”, “obesas” ou “raqúiticas demais”.

O princípio que orienta sua “visão de mundo”, por assim dizer, é o de uma veiculação ideológica de exaltação à superioridade racial, baseada em dados de uma ciência moderna, que disponibilizava à Educação Física (via prática da ginástica) o melhor de seu conhecimento acumulado para o melhoramento da espécie. E, possivelmente, para ela, as mulheres seriam as responsáveis por isso – não

22 O contexto pode ser bem entendido a partir da obra de Carmen Lúcia Soares. *Educação física: raízes europeias e Brasil*, publicado em 1994.

23 Fisher (198-?, p. 37).

24 Id. *ibid.*, p. 15.

nos esqueçamos que a *naturalização da maternidade* para o corpo da mulher a tornava responsável direta pelo futuro da nação.

Curiosamente, durante a leitura, me indagava quem seria essa “mulher moderna” de quem tratava Fischer? A resposta não só está nos desenhos ilustrativos de mulheres nas posições ou movimentos de ginástica, que até cabelo estilo chanel tinham, como em afirmações do tipo: “*a mulher moderna não pratica trabalhos caseiros*” e seus “*passeios são dados dentro de automóveis ultraconfortáveis*”. Ou ainda em trechos como: “*a inércia de certas mulheres ricas, que têm empregadas até mesmo para penteá-las, é uma paralisação de energias inapropriadas, que poderiam levá-las, se utilizadas, ao aprimoramento estético do corpo*”.<sup>25</sup>

Fica evidente, mesmo que não dito, que a autora escrevia para as novas mulheres que ascendiam socialmente nos então centros urbanos e industriais em formação. Mulheres (provavelmente brancas) que, com informação à disposição, poderiam encampar o ideal de modernidade defendido por Fischer. As mulheres para as quais estava defendendo a prática da ginástica deveriam ser diferentes daquelas que faziam o “*golfe, tênis ou outro esporte da moda*”, pois os executavam mais por pragmatismo social do que por espírito esportivo.

Os exercícios prescritos no livro pregam o trabalho corporal “harmônico” do corpo da mulher (inclusive quando ela defende incursões nas práticas de ioga), passando por exercícios de respiração e movimentos mais vigorosos ou de flexão, que devem se pautar pelos ideais de beleza e vitalidade. A calistenia é a base de quase todos eles. Lembremos que a calistenia foi um método que influenciou a ginástica nos locais de sua prática no Rio de Janeiro (e depois a todo o país), em grande parte do século passado.

Procurei informações sobressalentes sobre a autora, mas não as encontrei. Quem foi influenciado por esta leitura e qual impacto causou o livro no universo das “modernas mulheres”, talvez em praticantes de ginástica? Dificilmente saberemos. É bem possível que Fischer tenha formação em medicina ou no mínimo seja de uma família de médicos. Eles tiveram grande presença e influência no processo de institucionalização nacional da área de Educação Física e mantinham discursos sobre a prática esportiva para o melhoramento

25 Fischer (198-?, p. 13-15).

da saúde e higiene das pessoas. Tal discurso era orquestrado pela classe médica e disso decorre que a literatura disponível reconhece que a prática da ginástica tinha uma “matriz médica” subjacente à sua aplicação. Só não nas instituições escolares de fins do século XIX e início do XX, onde vigoravam práticas circenses, teatrais e outras espetaculares.<sup>26</sup> Mas essa é outra história, para ser trazida em outro momento.

## SKATE QUEER EM BERLIM<sup>27</sup>

Na segunda-feira passada, dia 29 de janeiro de 2018, comemorou-se nacionalmente o “Dia da Visibilidade Trans”, data instaurada nos idos de 2004 e que nos ajuda a lembrar da luta de pessoas trans (travestis, transexuais/transgêneros) pelo respeito às suas identidades de gênero e por seus direitos básicos, cotidianamente negados e massacrados pela sociedade heteronormativa. Nesse dia pensei em meus amigos e minhas amigas trans do Brasil e em suas lutas pela sobrevivência. Também me lembrei, quase que sintomaticamente, de Andreas, um amigo alemão trans que conheci em 2009 quando ainda morava em Berlim.

Andreas me mostrou o que chamava de *queer skate* (e que invento aqui para o leitor de português), isto é, um modo de andar de skate desassociado com o formato viril, agressivo, brutal (e, no limite, masculinizado) de praticantes. Ou melhor, uma prática esportivizada que desierarquizava corpos e instaurava, por onde passava, uma democracia na forma de se expressar (pessoal e sexualmente). O grupo de Andreas reunia jovens e mais velhos, mulheres lésbicas, homens homo e heterossexuais, mulheres e homens trans, num aglomerado que misturava estrangeiros, alemães, mendigos, judeus e ateus. Por onde passavam, desgenerificavam o skate, erotizavam as performances, subvertiam expectativas de quem os via. Assisti-los “skatear” era um alento; uma imagem utópica de um mundo (futuro) possível e desejável! Encontravam-se em finais de semana no Mauerpark,

26 Este é um achado do artigo de Victor Melo e Fábio Peres, “Relações entre ginástica e saúde no Rio de Janeiro do século XIX: reflexões a partir do caso do Colégio Abílio, 1872-1888”, publicado na revista *História, Ciências e Saúde* em 2016.

27 Publicado em 4 de fevereiro de 2018 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

um amplo parque famoso por ter sido entrecortado pelo Muro de Berlim, que separou durante anos as porções oeste e leste da atual capital alemã.

Acompanhando o grupo aprendi, na prática, que a desidentificação de gênero é necessária para desestabilizarmos certezas instituídas socialmente na associação sexo biológico-gênero-desejo e, mais do que isso, desvelava-se para mim o quão perniciosas podem ser as expectativas que pesam sobre corpos que fogem à normatividade. Usos e apropriações dos espaços urbanos (do parque e das ruas) por parte dos corpos daquelas pessoas mostravam-me não apenas que a cidade podia ser vista e ordenada simbolicamente por um olhar skatista não heterocentrado, mas que esse olhar poderia ser distinto, justamente porque oriundos daqueles sujeitos que buscavam desfazer-se das “marcações de gênero” a eles atribuídas dentro da modalidade.

Isso é o que ficou patente, recentemente, com a declaração de Brian Anderson, famoso skatista estadunidense, ao assumir sua homossexualidade em setembro de 2016: disse que, se tivesse assumido sua orientação homossexual 15 anos antes, possivelmente sua história pessoal e a do skate seriam contadas de outra maneira. Brian saiu do “armário da sexualidade” com 40 anos, depois de uma carreira bem-sucedida no skate profissional. Reportou aspectos muito comuns a outros(as) atletas não heterossexuais no mundo esportivo, quais sejam, *bullying* e perseguições por parte de colegas machistas, dúvidas quanto a sua sexualidade, pressão heterossexual dentro e fora da modalidade e ostracismo social. Agora quer lutar contra a homofobia no esporte.

O grupo de skate *queer* que conheci em Berlim não tinha exatamente uma bandeira, mas suas ações circunscreviam uma luta por um mundo menos violento, mais inclusivo e diverso. O skate não somente possibilitava a manutenção dessa postura no momento em que propiciava o encontro daqueles atores e os múltiplos espaços da cidade numa ampla rede de relações, mas quando colocava numa mesma equação elementos incomuns, como gênero, sexualidade e movimentos corporais despadronizados aos olhos de todos.

O skate *queer* dava um tom peculiar a esses encontros, mostrando um mundo outro, meio inalcançável, meio utópico da convivência pacífica de corpos, culturas, ideias e pessoas diferenciadas.

Ir ao Mauerpark vê-los andar de skate, particularmente aos domingos, não tinha a ver com assistir a um *show*, mas perceber como a vida era mais simples e mais fluida do que eu imaginava. Elas, eles, apenas queriam se expressar: corporal, cultural e esportivamente por meio do skate.

Lembro-me com carinho de um livro em alemão sobre histórias eróticas não normativas e corpos erráticos no skate a mim presenteado por Andreas.<sup>28</sup> A atraente combinação de cultura juvenil, de rua, esporte e subversão do skate também exerce uma grande fascinação sobre corpos outros, como de gays, lésbicas, de pessoas trans, intersexo e afins. As historietas do compêndio me contaram isso. A cultura machista e sexista que se perpetua no skate como espaço reservado a homens cede lugar, a partir do *skate queer*, a outros corpos, que desregulam as convenções ordinárias de gênero e sexualidade, promovendo uma ampliação do espectro do desejo e, no limite, fetichizando a modalidade.

De volta a Berlim em outubro de 2017 por algumas semanas, não reencontrei Andreas. Fui ao Mauerpark algumas vezes, mas não achei o grupo de skatistas. Talvez porque não fosse mais verão (as temperaturas já estavam baixas e os dias cinzentos) ou porque o grupo não mais se reunia naquele espaço. Penso, na melhor das hipóteses, que Andreas e seu grupo de *skate queer* estão radicalizando em outras áreas da cidade. E torço por isso!

Se há algo que desejo é que ele seja o homem que almejava ser. E, sobretudo, que continue inspirando outros sujeitos trans a lutarem por suas existências, mesmo por meio de uma atividade esportiva muitas vezes sexista e que tende a reproduzir valores de uma sociedade cis-heteronormativa.

## INVESTIMENTO EM MULHERES E O FUTURO DO ESPORTE<sup>29</sup>

Em meados de 2019, províncias e territórios canadenses foram surpreendidos com o anúncio, feito pelo governo federal, de um

28 Trostdorf (2005).

29 Publicado em 21 de abril de 2019 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

montante de US\$ 30 milhões para buscar e promover a equidade de gênero no esporte em todo o país. Mais especificamente, o foco serão as práticas esportivas de meninas e mulheres, que têm enorme potencial para desenvolvimento, inclusive no futebol. Consta que tal investimento é inédito e sem precedentes, e que muito dele visará dar maiores condições de equidade de participação e visibilidade nas políticas inclusivas de gênero no esporte.

Esta notícia foi comemorada pela Associação Canadense para o Avanço da Mulher no Esporte e Atividade Física (Canadian Association for the Advancement of Women and Sport and Physical Activity – CAAWS), que já vem fomentando a liderança de mulheres no cenário esportivo há muito tempo e que teria parte deste orçamento aprovado para suas ações. Ela tem desenvolvido transformações importantes no sistema esportivo canadense, de modo a criar ambientes mais acolhedores às mulheres, diminuindo o preconceito e a discriminação, combatendo o machismo e a violência de gênero (notadamente estupro, no caso do hóquei no gelo). Além disso, é papel da CAAWS também mover recursos e serviços para incentivar ferramentas que ajudem organizações esportivas sem fins lucrativos a promoverem mulheres em cargos de liderança, de modo a criar a permanência delas nestes espaços conquistados.

Este investimento em gênero tomando como foco as mulheres (em amplas faixas etárias e classes sociais) em vários lugares do campo esportivo não é apenas uma política social engajada do governo de Justin Trudeau, iniciado em 2015. É, sim, uma estratégia extremamente inteligente de pensar, ao mesmo tempo, a melhoria das condições de existências de tais sujeitos dentro do esporte e, em consequência, de propor, em perspectiva, um novo desenho para o futuro do esporte. É a partir de experiências como esta que mulheres no campo esportivo (atletas, técnicas, juízas, árbitras, dirigentes etc.) podem prosperar pessoal e profissionalmente, desafiando os próprios limites e as difíceis barreiras sociais/de gênero que lhes são cotidianamente impostas.

Enquanto isso, neste mesmo ano comemoramos, por aqui, 40 anos de liberação legal para que as mulheres brasileiras pudessem competir em modalidades esportivas e atléticas que bem entendessem: revogou-se, em 1979, o artigo 54 do Decreto-lei 3.199, de



1941, que determinava que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.<sup>30</sup> Porém, na medida em que vivemos um dos tempos mais sombrios em termos de políticas públicas no Brasil, não temos muito o que comemorar.

O futebol de mulheres agoniza em âmbito nacional, vivendo uma eterna realidade de “chão de fábrica”, muitas vezes pior do que muito do que acontece em segundas ou terceiras divisões do futebol de homens. Talvez com alguma exceção relativa ao voleibol praticado por elas, outras modalidades de mulheres inexistem (ou subsistem), numa frouxa estrutura esportiva, que carece de apropriado desenvolvimento. Modalidades inovadoras e recentes (como skate, caratê ou mesmo surfe) apresentam-se como promessas para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 e sobrevivem de iniciativas pessoais e de clubes ou mesmo governos locais (como o projeto de construção de pistas de skate por parte do governo de Minas Gerais).

Enquanto fazemos nossa desconstrução caseira de rasos estereótipos de atribuição binária de cor para gêneros (“rosa é para meninas e azul é para meninos”, como recentemente mencionou a Ministra Damares, do governo Bolsonaro), precisamos questionar os chamados “papéis” sexuais destinados a meninas e meninos frente a atividades físicas e esportes, pois se não questionados imputarão valores e atitudes que se desenvolverão no mundo esportivo, os quais garantirão a manutenção das múltiplas discriminações contra mulheres e a noção de que o esporte é um espaço reservado aos homens, única e exclusivamente.

No cenário surreal e apocalíptico em que vivemos atualmente no país, nós, brasileiras(os), já nem conseguimos pensar, de modo claro, o que temos que garantir para as gerações futuras, tamanha é a distorção do que certa classe política tem orquestrado. Arrisco dizer que nossa própria sobrevivência enquanto sujeitos depende de nossa resistência frente ao que está acontecendo. O debate sobre gênero e, em especial, o lugar das mulheres no esporte e na sociedade estão, mais do que nunca, em jogo nestes tempos inglórios.

30 Brasil ([1941] 2020).

Que o exemplo canadense acalente nossos sonhos e oriente nossas ações para discutirmos cada vez mais a participação de mulheres no cenário esportivo. Que busquemos um sistema esportivo equitativo e inclusivo, que capacite meninas e mulheres dentro e através do esporte. Que o sistema binário sexual de divisão categorial no esporte consiga se repensar, dando um lugar legítimo a sujeitos em transição de gênero (mulheres e homens-trans), até agora sem espaço.

Como já disse alguém: “o futuro é das mulheres!”. E, possivelmente, também o será no âmbito dos esportes.

## **EM DEFESA DO DIREITO DAS PESSOAS TRANS À PRÁTICA ESPORTIVA<sup>31</sup>**

Há alguns meses tem sido arrolado na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), em caráter de urgência para votação, um projeto de lei que tolhe a participação de pessoas trans no esporte de competição. O famigerado, desumano e grosseiro projeto de lei (PL 346/2019) postula que o dito “sexo biológico” seja o único critério válido para definir a possibilidade de atletas participarem de equipes profissionais em todo o estado de São Paulo. Ele é de autoria do deputado estadual Altair de Moraes, eleito no primeiro turno das eleições de 2018, do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Não são necessários muitos argumentos para demonstrar o quão absurda é a defesa desta posição, haja vista que o próprio Comitê Olímpico Internacional (COI) e seus subcomitês que discutem critérios de elegibilidade e participação em competições esportivas profissionais vêm há anos pensando e repensando situações vinculadas a corpos transexuais ou transgêneros (isto é, corpos que discordam do gênero atribuído no nascimento) no esporte de alto nível. Apesar da entidade poder ser criticada pelo foco desmesurado na testosterona e no adestramento de níveis hormonais para viabilizar tal participação segundo suas normativas, ao menos ela admite uma brecha e permite que corpos se adéquem/readéquem para competir.

---

31 Publicado em 20 de outubro de 2019 na coluna “Para além do Futebol” do site Ludopédio.

O que mais me deixa chocado é observar a conduta desse deputado, eleito com mais de 80 mil votos no estado de São Paulo. Um deputado, pelo menos em tese, teria a missão de se preocupar com o bem-estar das pessoas e defender direitos da população. Claro que o sujeito em questão responde para um grupo específico, que postula demandas eleitorais mais conservadoras e que o fazem redigir um projeto de lei que retira direitos de uma parcela excluída da sociedade. Pessoas trans, homens-trans ou mulheres-trans, fazem parte desta parcela e têm o direito à prática de esportes. A partir da Constituição de 1988, constituiu-se um conjunto de premissas que consideram a prática do esporte como um direito individual fundamental para o desenvolvimento integral dos indivíduos e como forma de produzir pessoas que atuem no exercício de suas cidadanias.

Uma das questões cruciais na defesa dos argumentos deste deputado é a crença inquestionável de que os corpos se classificam segundo suas genitálias. Portanto, quem apresenta pênis é, “naturalmente” (aspas porque isso é equivocado), *homem*; quem tem vagina é, então, *mulher*. Qualquer dissonância na “composição genital”, por assim dizer, provoca classificações preconceituosas e discriminatórias, de pessoas que, talvez, não mereçam ostentar o título de seres humanos (homens ou mulheres). Seriam corpos abjetos, desviantes, “anormais”. Tenho até medo de saber se esse deputado confere *status* de ser humano às pessoas trans.

As questões de gênero têm mobilizado amplos posicionamentos na sociedade brasileira nos últimos anos, em que pese serem muitos superficiais e acríticos do que produtos de um debate profundo. Algo que os feminismos mostraram foi que o sujeito universal masculino não passa de uma elaboração fictícia e que a morte deste sujeito universal abriu as portas para as mulheres, para os negros, os gays, entre outros. Ou seja, viabilizou o sujeito plural, heterogêneo e contingente.

Colar as genitálias ao corpo e presumir que existem apenas “homens com pênis” e “mulheres com vaginas” no mundo e que, no universo esportivo, competem agrupados em semelhantes e entre si é de uma limitação intelectual absolutamente inacreditável. Mesmo no esporte, que se baseia ainda na divisão por sexos (*homens x homens* e *mulheres x mulheres*) para justificar as “igualdades de chances”, há algo se tornando obsoleto quando se constata a presença de corpos

que desafiam as normas de sexo/gênero comumente postuladas – pelo menos é algo que tenho insistido em minhas pesquisas sobre gênero no esporte, em anos recentes.

O conceito de gênero funcionou, ao longo de suas transformações epistemológicas dos últimos 60 anos, como meio de rejeitar o determinismo biológico instituído e aclamado como “verdade” a partir do que estava implícito no que se chamava de “diferenças sexuais”.<sup>32</sup> Permitiu, num só golpe, problematizar e desconstruir uma representação naturalizada de homens e mulheres e de seus atributos de “masculinidade” e “feminilidade”. Graças a tais problematizações, hoje temos que esses qualificativos podem ser atrelados a quaisquer corpos e que gestualidades, estéticas, sexualidades, performances etc. são construções históricas e discursivas.

Resgatando Michel Foucault, filósofo francês muito importante na apreensão crítica da realidade, foi por meio das redes de poder estabelecidas que a categoria analítica gênero deflagrou a falácia da *diferença biológica*, tomada para explicar as desigualdades sociais que geram exclusão de sujeitos e grupos.<sup>33</sup> Isto também ocorre no esporte, e o caso das pessoas trans exemplifica tal aspecto.

No último dia 8 de outubro de 2019 tentou-se votar na ALESP o PL 346. Por falta de quórum e frente a um ato público de protesto, acabou-se desistindo da votação. Por estar registrado como “caráter de urgência”, é provável que em pouco tempo seja pauta novamente na casa. Como a cada dia que passa nos surpreendemos mais e mais com ações inacreditáveis de nossos(as) eleitos(as) (em todas as esferas de governabilidade), temo pela aprovação de tal projeto de lei no estado.

Não preciso ser pessoa trans para me sensibilizar com esta questão. Como ser humano e ser social defendo que tais demandas existenciais sejam respeitadas em suas decisões relativas aos corpos, gêneros e sexualidades. Que seus corpos sejam instrumentos de provocação e questionamento das ordens institucionalizadas e homogeneizadas. Que estas pessoas possam praticar esporte a partir das composições e apresentações corporais que bem escolherem. E que nós possamos conviver e aprender com elas.

32 A obra de Thomas Laqueur (2001) confere mais detalhes sobre isto.

33 Foucault (1985).